

Introdução ao Estudo do Direito II
1.º Ano Turno da Noite / Exame Final / Época de Recurso
18 de julho de 2017, 19h

I

Responda às seguintes questões (3 valores cada):

- a) É correto afirmar que a data de entrada em vigor de uma lei é sempre o critério a que devemos recorrer para saber se uma lei revoga outra?
- b) Como distinguir entre revogação total e revogação global?
- c) Como se distingue a lei interpretativa da lei inovadora e qual a relevância de tal distinção?

II

Desenvolva um dos seguintes temas (3 valores):

- a) A oposição entre jusnaturalismo e positivismo perdeu muita da sua importância a partir do momento em que se admite pacificamente a existência de normas jurídicas com a natureza de princípios, sobretudo no plano constitucional.
- b) O requisito da proporcionalidade é comum à legítima defesa e à ação direta, mas adquire nesses dois meios de autotutela características muito diversas.

III

Resolva a seguinte hipótese:

António é proprietário de uma quinta onde desenvolve uma produção de maçãs. Em janeiro de 2013 celebrou com Bento um contrato por escrito tendo por objeto a compra e venda através de toda a produção de maçãs relativa a esse ano. Todavia, a lei exigia, na altura, escritura pública para a celebração de contratos de produção agrícola.

Entretanto, em 6 de abril de 2013 é publicado do Decreto-Lei n.º x/2013, que prevê a respetiva produção de efeitos no prazo de três meses a contar da data da sua publicação, através do qual o legislador, reconhecendo o formalismo excessivo da lei anterior, vem prever a celebração do contrato promessa de compra e venda de imóveis através de simples escrito particular. Para além disso, o mesmo diploma prevê também que o proprietário de um imóvel não possa impedir terceiros de atravessarem a sua propriedade, desde que o façam sem intuídos ilícitos. Finalmente, o Decreto-Lei n.º z/2013, publicado em 1 de junho de 2013, prevê ainda que os proprietários dos imóveis que hajam cometido crimes não possam candidatar-se aos subsídios à exportação de produtos agrícolas, a atribuir em dezembro do mesmo ano.

- a) Bento pretende recusa-se a cumprir o contrato de compra e venda, alegando que o mesmo é nulo por falta de forma. Tem razão? 2 valores
- b) Eduardo está a organizar um passeio, a decorrer em agosto de 2013, incluindo o percurso a passagem pela quinta de António e quer saber se precisa da autorização deste último para o efeito. Qual a sua opinião? 2 valores
- c) Pode António candidatar-se ao subsídio previsto na lei, a ser atribuído em dezembro, caso tenha sido condenado por crime em 2010? 2 valores

Redação e sistematização: 2 valores.

Duração da prova: 2 horas.

Grelha de correção

I

- a) Não. Importa também considerar a data de publicação e até a data de aprovação do diploma pelo órgão competente.
- b) A revogação global visa todo um ramo do direito ou instituto jurídico, mesmo que não incompatibilidade em muitos aspetos entre os dois regimes que se sucedem; a revogação total visa a totalidade de uma disposição legal ou diploma.
- c) A lei interpretativa visa resolver uma ambiguidade da lei anterior e fá-lo num sentido que se mostra acessível a qualquer intérprete. Relevância no plano da retroatividade admitida, à luz do artigo 13.º Código Civil.

II

- a) A afirmação é correta; distinção entre positivismo inclusivo e exclusivo.
- b) As diferenças entre o requisito devem-se ao carácter imediato da atuação do agente na legítima defesa.

III

- a) Não. Retroatividade da lei confirmativa.
- b) Não. Aplicação imediata da lei nova ao abrigo do disposto no artigo 12.º, n.º 2, 2.ª parte, do Código Civil.
- c) Não. Distinção entre factos constitutivos e pressupostos.